



MARIA JULIETA WEBER CORDOVA*

Introdução

O discurso de formação histórica de Brasil Pinheiro Machado (1907-1997) constitui-se numa das referências fundamentais ao processo que norteou as diretrizes sociais e históricas no estudo regional paranaense, bem como trouxe à cena o debate crítico sobre o seu caráter identitário.

Machado foi professor catedrático de História do Brasil na Universidade Federal do Paraná (UFPR) por mais de 30 anos, integrando, a partir de 1972 o quadro de docentes no Programa de Mestrado em História daquela instituição. Exerceu as funções de diretor da então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná de 1939 a 1951 e de 1968 a 1971, ocupando também cargos representativos no poder político regional como Interventor Federal do Paraná, Procurador Geral da Justiça, Chefe do Ministério Público e Presidente do Tribunal de Contas do Paraná.

Em sua produção pode-se notar o rigor científico da academia, pautando-se em referenciais teóricos como Fernand Braudel, Max Weber e no presente estudo, especialmente Martius e João Ribeiro. Dentre seus trabalhos, dedicou-se ao estudo dos Campos Gerais no Paraná e de suas estruturas agrárias, tendo como base elementos constitutivos da formação histórica do Paraná e do processo de imigração paranaense. Mas uma das contribuições fundamentais de Machado foi o de identificar historicamente três ondas de migrações e de povoamento do território paranaense.

A análise das três ondas de povoamento traz em si formas diferenciadas de ocupação do território, de formação de comunidades, bem como de “movimentos de novas formas de acomodação e de conflito” e que podem ser identificadas pelo que se convencionou denominar historicamente de Paraná tradicional e de Paraná moderno:

*A História do Paraná tem sido a história da ocupação do seu território e da formação das comunidades paranaenses, conforme ensina Brasil Pinheiro Machado. Três foram as ondas povoadoras que, em conjunturas diversas e com motivações distintas, realizaram esta ocupação e formaram as comunidades regionais que hoje constituem o Paraná. Assim, a História do Paraná compreende a formação de três comunidades regionais: a do **Paraná tradicional**, que se esboçou*

* Profa. Dra.- Departamento de Educação e Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Apoio: Fundação Araucária.

*no século XVII, com a procura do ouro, e estruturou-se no século XVIII sobre o latifúndio campeiro dos Campos Gerais, com base na criação e no comércio do gado e, mais tarde, no século XIX, nas atividades extrativas e no comércio exportador da erva-mate e da madeira; e as do **Paraná moderno**, já no século XX, sendo a do **Norte**, com a agricultura tropical do café e que, pelas origens e interesses históricos, ficou, a princípio, mais diretamente ligada a São Paulo, e a do **Sudoeste e Oeste**, dos criadores de suínos e plantadores de cereais que, pelas origens e interesses históricos, ficou a princípio mais intimamente ligada ao Rio Grande do Sul. (CARDOSO; WESTPHALEN, 1986: 9).*

Em 1968, Machado já havia apontado para a questão das diferentes ocupações do território paranaense em artigo intitulado “Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno”. Num primeiro momento, identificou neste artigo características da comunidade formadora da sociedade paranaense tradicional:

A comunidade que historicamente se formou no litoral paranaense e no planalto curitibano, ocupou tôdas as terras de campo que, em largas faixas cercadas por imensas florestas, vão desde Curitiba, pelos Campos Gerais, campos de Guarapuava, campos de Palmas, até as atuais divisas entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Explorou ervais e as florestas de araucárias a elas associados. Baseada nos latifúndios campeiros da criação do gado, nos engenhos de beneficiar erva-mate, nas serranias dos pinheiros, formou a sociedade paranaense tradicional, que criou o sistema da Província monárquica e do Estado republicano. Mas não chegou a ocupar todo o território do Paraná. (WESTPHALEN; BALHANA; MACHADO, 1968: 2).

Nessa área tradicional dos Campos Gerais, a ocupação e a propriedade das terras se deram, assim como havia sido em todo o Brasil, através da concessão de sesmarias. Mas, conforme atentou Machado, a comunidade de formação histórica não ocupou todo o território paranaense, entrando em processo de desagregação a partir do final do século XIX:

Os campos, sobretudo os Campos Gerais, tinham sido área predominante na estrutura social e econômica, mas essa estrutura se estava desagregando e, desde o final do século XIX, outras regiões do Estado estavam iniciando a sua ascensão dentro de novas estruturas que começam a se formar. (WESTPHALEN; BALHANA; MACHADO, 1968: 2).

Dentre variados aspectos que denotam a diferença de valores e de cotidiano, a “desbrasilidade do sul” não apresentava outros traços além daqueles trazidos pelas variadas correntes imigratórias advindas ao Paraná. A questão da imigração foi para Machado fonte de estudo e pesquisa regional. Assim como a brasilidade nascente das gerações posteriores, que, conforme notou o autor, ao apelarem para o fator lingüístico, constituíram uma das bases que fundamentarão a própria constituição social paranaense.

Destaque-se, ainda, que a ênfase dada por Machado aos estudos sobre a imigração, certamente encontra eixo norteador na noção histórica de Martius, que associa à identidade

brasileira uma singularidade incomum e propiciada por uma mescla de raças. Carl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868), viajante alemão, com formação em botânica, foi premiado em 1840, pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, com a melhor escrita sobre a História do Brasil. A monografia “Como se deve escrever a História do Brasil” foi publicada na Revista do IHGB, em 1845, caracterizando-se como um grande projeto histórico, capaz de estabelecer linhas mestras e garantir a identidade brasileira: “Surgiu de seu projeto a interpretação do Brasil, do primeiro Brasil-nação, que se entranhou profundamente nas elites e na população brasileira”. (REIS, 1999: 26).

Nesse sentido, os estudos sobre a História do Brasil encontram fundamentação na perspectiva do estudo regional. Ao situar o Paraná no contexto de formação nacional, Machado compreende a história regional de conformidade com “múltiplos estímulos em diferentes pontos”, seguindo orientações teórico-metodológicas de João Ribeiro, bem como de Martius no que se refere ao projeto de formação de uma história nacional.

Machado propôs, assim, um modelo de explicação histórica e uma sinopse da história regional paranaense, esboçada em 22 capítulos. A busca por um modelo de explicação histórica em Machado apoia-se teoricamente tanto na proposição braudeliana que se identifica pelo estudo das estruturas, das permanências e da longa duração, como na busca por apreender os fundamentos gerais de uma história que tivesse como eixo norteador o estudo das migrações populacionais.

A “comunidade” seria o núcleo central das indagações do autor e, como no caso da história regional paranaense, o modelo de explicação fundamentaria-se a partir de “células fundamentais”. Assim, o Paraná Tradicional constituiria-se em resultado da migração paulista, considerando a história das migrações em nível nacional. Partindo desse pressuposto, a história regional delineava-se por critérios de uma “história espontânea”, tendo em conta o cotidiano específico das comunidades.

O modelo de explicação histórica foi publicado originalmente em 1951. Neste estudo, Machado lança os fundamentos para a investigação de uma história regional, buscando uma explicação histórica calcada na expansão do território paranaense, a partir de pressupostos históricos nacionais em “quatro séculos e meio” de “posse contínua” e pelo “contínuo adaptar de uma cultura”.

Uma sinopse da história regional e as “três ondas de povoamento do Paraná

O texto “Esboço de uma Sinopse de História Regional” foi publicado originalmente em 1951 pelo Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Posteriormente, foi publicado pela Revista História: Questões e Debates, n. 8, jul-dez, em 1987. Entretanto, o texto aqui utilizado foi de uma publicação do original na obra, “Poemas seguidos de dois ensaios”, publicada pela Imprensa Oficial do Paraná, em 2001, obra esta já mencionada anteriormente.

Machado, ao esboçar em 1951 uma sinopse da história regional, certamente fez jus ao significado do termo “sinopse”, lançando uma visão de conjunto acerca do que entendia como ponto essencial ao estudo da história regional do Paraná.

Para tanto, o estudo histórico deveria estar tomado de um espírito de superação e não de veneração do passado:

Tendo a profunda consciência de que é um ser histórico, o homem moderno cada vez mais perde a atitude de venerador do passado para fazer de centro de suas aspirações vitais as esperanças no futuro, e se convencer, cada vez mais, de que a construção do futuro é uma libertação do passado, que depende de seu discernimento, de seu esforço, de sua ação e, conseqüentemente, da compreensão da própria história. (MACHADO, 2001: 53).

Dessa forma, para a compreensão da história de um povo, o ponto inicial seria sobre sua formação e como esta estaria enredada pela conquista e pela posse contínua do território. A partir daí constituiriam-se as bases para o estudo da história regional do Brasil: “A história nacional do Brasil é, antes de tudo, a história da formação de um povo, da transmissão de uma cultura, sobre a conquista de um território, pelo estender de uma posse contínua [...]”. (MACHADO, 2001: 54).

Tais princípios históricos apoiavam-se na história delineada por Martius, quem, segundo Machado “[...] lançou as idéias fundamentais para a compreensão da história da formação brasileira”. (MACHADO, 2001: 54).

Martius alertava para a divisão da história em épocas, evitando assim o tipo de história regional ou local que até então se produzia e que ao ver de Martius era “própria dos cronistas e eruditos”. Para ele, as questões históricas nacionais deveriam sobrepor-se às histórias regionais, superando a visão de que a história nacional constituía-se em um apanhado geral de histórias regionais. Assim, Martius não somente denunciava “localismos exagerados”, tendo em vista a “desunião” das províncias, mas alertava que as histórias locais e regionais

acabavam mesmo por constituir a “história básica da formação nacional”. (MACHADO, 2001: 55).

Ao historiador caberia, portanto, ser, tal como Martius, um viajante, conhecedor da vida e dos costumes nas diversas províncias que compõem o Brasil. O historiador deveria ser capaz de reunir as diferenças provinciais encontradas, em prol de um “Brasil unido, monárquico, cristão [...] contra a desconfiança entre as províncias, contra a fragmentação do território e a agitação republicana”. (REIS, 1999: 28).

O projeto de Martius reforçava mesmo os laços políticos do jovem Imperador ao “Brasil-nação” que ora se formava e que desdobrava seu alcance político às elites provinciais. Tomando o poder do Imperador como foco, as histórias regionais deveriam ser escritas e ter, fundamentalmente, o objetivo de reforçar a escrita de uma história única, nacional. E à unidade almejada era imperativo que se dissipassem as diferenças regionais:

Von Martius, além de enfatizar a mescla de raças que singularizava o Brasil, embora privilegiando a raça branca, considera que o historiador do Brasil deverá fazer uma história da unidade brasileira. A história do Brasil deverá ser centralizada no imperador. Apesar da variedade de usos e costumes, dos climas, das atividades econômicas, das raças e da extensão territorial, o historiador deverá enfatizar a unidade. À diferença, ele deverá dar um tratamento comum. Como a extensão territorial dificulta essa unificação, ele propõe que se façam histórias regionais que garantam uma direção à centralização. Por exemplo: as histórias de São Paulo, Minas Gerais, Goiás são convergentes; as histórias do Maranhão, Pará, Amazonas também convergem; as histórias da Bahia, Pernambuco, Ceará convergem igualmente. Assim, as histórias regionais mais amplas diminuiriam as diferenças locais, e se tenderia progressivamente a uma história nacional. (REIS, 1999: 28).

Para Machado, João Ribeiro foi “o mais profundo continuador” da diretriz histórica de Martius:

Sua pequena mas inestimável obra História do Brasil apareceu em 1900. Aí o historiador declara ser o “primeiro a escrever integralmente a nossa história segundo nova síntese”, que muito se distinguia dos precedentes autores, que não seguiram outro caminho senão “o da cronologia e da sucessão de governadores, caminho seguro mas falso em um país cuja história se fazia ao mesmo tempo por múltiplos estímulos em diferentes pontos”. (MACHADO, 2001: 56).

João Ribeiro, nascido em Sergipe em 1860, ao publicar “História do Brasil” em 1900, pode ser considerado como um inovador doutrinário na historiografia nacional. Capistrano de Abreu, Gilberto Freyre e Euclides da Cunha, são alguns dos nomes de estudiosos do Brasil que referenciaram a obra de João Ribeiro. A produção histórica de João Ribeiro apontava para os princípios da *Kulturgeschichte*. Tal movimento historiográfico alemão, ao evidenciar estudos culturais, renovou a visão tradicional da história – que enfatizava essencialmente

aspectos políticos e administrativos, numa história que ficou conhecida como a dos grandes vultos e dos grandes nomes. Joaquim Ribeiro, filho de João Ribeiro, ao prefaciar a 18. edição de História do Brasil atenta que:

João Ribeiro algebriza a formação do povo brasileiro, fixa as tendências e as características da nossa coletividade e formula as linhas gerais do nosso destino histórico, além de subordinar a nossa história aos liames que nos ligam à cultura ocidental. Nenhum historiador, antes dele, havia traçado tal configuração cultural do nosso passado e, antes dele ainda, nenhum outro historiógrafo havia aplicado ao Brasil a metodologia da *Kulturgeschichte*. (RIBEIRO, 1964: v).

Considerando certamente os diferentes contextos históricos de Martius, João Ribeiro e Machado e com isso as diferentes projeções teóricas do próprio campo de conhecimento da história ao longo das décadas que os separam, pode-se notar que, conforme referencia o próprio Machado, assim como Martius lançou um projeto de história nacional calcado numa visão de unidade a ser reforçada pela convergência das histórias regionais, Machado encontra inspiração e propõe diretrizes para uma história regional do Paraná, tendo em conta o contexto nacional de formação do povo e a posse contínua do território.

Machado reforça ainda mais a atenção para a obra de João Ribeiro, como aquele quem “[...] estabeleceu definitivamente as bases fundamentais da história interna no rumo delineado por Martius”. E o que Martius delineou como “história interna” do Brasil e seus fundamentos, pode-se definir como o “conjunto de histórias regionais” ou a “[...] história que se faz, *ao mesmo tempo, em diferentes pontos* do território, e por *múltiplos estímulos*”. (MACHADO, 2001: 56-57).

Ao estabelecer em capítulos, tópicos referenciais para o estudo da história regional paranaense, Brasil esclarece que são dois os planos de expansão demográfica no Brasil, conforme o quadro a seguir:

CAPÍTULOS DA HISTÓRIA REGIONAL PARANAENSE*

- 1.º *Dos primeiros estabelecimentos portugueses na costa sul do Brasil, visando o domínio dos caminhos que levavam à bacia do Paraná, e conseqüente exploração do ouro de lavagem que propiciou a fundação de Paranaguá e, mais tarde, transpondo a serra, a fundação de Curitiba.*
- 2.º *Da expansão espanhola, tendo como centro Buenos Aires e Assunção e formação das províncias castelhanas e reduções jesuíticas, até aos ataques dos bandeirantes paulistas e conseqüente guerra que findou em Mbororé em 1641.*
- 3.º *Deve compreender a história diplomática da conquista das fronteiras do sul do Brasil, desde o decreto do rei português Pedro II, de 12 de novembro de 1678, até o final da questão da Cisplatina. E deve abranger as guerras que ocasionou no sul, que tem como início a fundação da Colônia do Sacramento e como resultado a conquista do Rio Grande do Sul.*
- 4.º *Versará sobre as transformações políticas que tiveram início no século XVIII, desde o governo de Rodrigo Cesar de Menezes, que assinala a passagem do predomínio grupal e das Câmaras Municipais para o domínio do capitão-general e da província e conseqüente predomínio do Estado*

organizado.

- 5.º *Será o da transformação do Paraná com a abertura da estrada de Laguna, em 1731, que ligou as populações do Rio Grande às de São Paulo, através de Curitiba. É o tempo das tropas e tropeiros, do intenso comércio de gado e da intensa militarização da Capitania de São Paulo. É o tempo da expansão da população pelos Campos Gerais e da fundação das fazendas de criar. E é a ocasião de se estudar a figura de Cristovam Pereira de Abreu.*
- 6.º *Deve compreender a época do governo do Morgado do Mateus e as diretrizes da política de fronteiras na segunda metade do século XVIII. Deve compreender a ação de Afonso Botelho na execução dessa política no Paraná e o estudo das expedições que entraram pelos rios e sertões nessa época, e seus resultados. E deve ser rematado pela expedição de Diogo Pinto ao sertão de Guarapuava, de que resultou o definitivo povoamento desses campos.*
- 7.º *Deve compreender o estudo dos primeiros caminhos naturais de penetração e o desenvolvimento das estradas, suas direções e influências no desenvolvimento e variação das populações.*
- 8.º *Será o da história da idéia autonomista; sua origem, sua evolução, as razões de sua necessidade, os acontecimentos que a fortaleceram e tornaram-na possível. Útil será, também, o estudo comparativo com a forma pela qual se fez a autonomia de outras províncias que se desgarram dos blocos regionais.*
- 9.º *Poderá ser o da conquista da terra pelo proprietário privado, a história geral do seu aproveitamento e do tipo de vida rural do século XIX.*
- 10.º *Deve ser a história da vida política da Província, dentro do conjunto da vida política do Império e com as peculiaridades que a caracterizam. A história e a evolução das instituições provinciais e municipais. As grandes diretrizes administrativas. As organizações partidárias e suas lutas eleitorais e programáticas.*
- 11.º *Investigar-se-á a atitude da Província nas grandes questões internacionais do Império: a do tráfico de escravos, as questões platinas e a guerra do Paraguai.*
- 12.º *Poderá ser a história da estrutura econômica da população, com o sistema de produção sobre a escravidão. Deverá investigar o regime real de escravidão negra, sua origem, seu desenvolvimento e sua influência e efeitos da abolição.*
- 13.º *Poderá compreender a atitude do Paraná nas agitações políticas dos últimos anos do Império, da guerra do Paraguai em diante. Da proclamação da República e da instalação dos primeiros governos republicanos e suas atitudes em face das grandes dificuldades do momento.*
- 14.º *Deverá ser o da história da revolução de 1894, com seu desenvolvimento ideológico e suas conseqüências no campo político.*
- 15.º *Deve ser a história política do Paraná sob o regime da República constitucional de 1891, desde a Consolidação até a revolução de 1930. Seu sistema de chefias, estadual e municipal. Seus grandes rumos administrativos. O funcionamento prático de suas instituições estaduais e municipais.*
- 16.º *Versará sobre as questões de limites interestaduais, especialmente a questão do Contestado. Suas origens, desenvolvimento, solução e conseqüências históricas.*
- 17.º *Deve ser a história da revolução de 1930 no Estado. Suas origens presas ao desenvolvimento da política nacional e suas peculiaridades locais. Seus acontecimentos, a instalação dos governos das interventorias. Os reflexos da revolução paulista de 1932, a constitucionalização de 1935, o golpe de Estado de 10 de novembro de 1937, o governo do "Estado Novo", o golpe de 29 de outubro de 1945.*
- 18.º *Deverá compreender a evolução da vida econômico-social da população, nos seus vários ciclos, nas suas conseqüências históricas, estabelecendo determinados tipos de vida e criando as "aristocracias" do ouro, do gado, da erva, da madeira, das terras e do café.*
- 19.º *Deverá versar sobre a reorganização do trabalho livre sobre o influxo da imigração estrangeira. Deverá estudar as origens das correntes imigratórias, sua localização no território; a experiência de sua adoção; sua marginalidade inicial; seu crescimento e assimilação; sua influência sobre a velha sociedade luso-brasileira que ao seu contato se modificou. As grandes famílias que dela surgiram e a conquista da igualdade social entre luso-brasileiros e os descendentes dos antigos imigrantes.*
- 20.º *Deve ser o da história do desbravamento do norte do Paraná, fundação e desenvolvimento de suas cidades e de sua vida econômica e social.*
- 21.º *Deverá ser a história da corrente migratória proveniente do sul do país, que vai penetrando pelo sudoeste do Estado e se espraiando em direção norte. Deverá estudar sua origem, seus precedentes, a fundação dos novos núcleos que tem produzido seu tipo de vida e trabalho e seu contato com as velhas populações.*

- 22.º *Deverá o historiador do Paraná estudar, de maneira geral, a diretriz política e administrativa dos governos estaduais desde 1930, e a posição que o Paraná conquistou na Federação.*

Fonte: MACHADO, 2001.

Nota:

* Dados retirados, na íntegra, de “Esboço de uma sinopse regional da história do Paraná”.

Num primeiro plano, ocorrem fundações de núcleos enquanto “células fundamentais”. A expansão desse núcleo pode ocorrer por “processo natural”, sem uma finalidade expressamente política, seguindo “múltiplos estímulos” de uma expansão demográfica “natural” e constituindo-se no “Brasil Brasileiro”, ou no “sedimento” da nacionalidade, tendo por eixo geográfico o rio São Francisco:

O processo, em largos traços, é este: primeiro se fundam núcleos, de onde parte a expansão para o interior. São as células fundamentais. A expansão que daí parte é a expansão natural de uma população que vai se assenhoreando das regiões geográficas mais próximas, num movimento natural de expansão demográfica, sem finalidade política, sem finalidade nenhuma, mesmo, a não ser a sua própria subsistência, na cultura da cana, na criação do gado, na procura do ouro, na caça ao índio. São os múltiplos estímulos a que se refere João Ribeiro. Essa expansão é espontânea, puramente popular, sem as peias nem as tiranias do longínquo e ausente governo e, por isso mesmo, é inteiramente brasileira. A vasta área geográfica conquistada por essa expansão espontânea e livre de coações governamentais tem por eixo o rio São Francisco, e constitui a camada sedimentar da nacionalidade, que João Ribeiro chamou de “Brasil brasileiro”. (MACHADO, 2001: 57).

Um outro tipo de expansão apontada por Machado, que não é a espontânea e compreende a área em que está inserida, o Paraná é aquela que constitui o Brasil que não é o “Brasil Brasileiro”:

[...] obra delineada pelos estadistas portugueses, ministros do reino, vice-reis do Brasil e capitães-generais, impelindo a população a se distender num plano político previamente traçado, para atingir as fronteiras naturais do Brasil que estavam na bacia do Prata-Paraná-Paraguai e na bacia do Amazonas.

Este movimento de povoamento político e oficial, com a coação do governo, acabou por conquistar, pela posse e pelos tratados diplomáticos, a extensa área distante do rio São Francisco e que é constituída pelo interior dos atuais Estados do Paraná, Santa Catarina, por todo o Rio Grande do Sul e, ao norte, pelo Estado do Amazonas e interior do Pará.

Esse é um Brasil que não é o brasileiro. (MACHADO, 2001: 57).

O “caso da formação do Paraná” compreende expressamente o processo de povoamento do Brasil que não é o “Brasil Brasileiro”, constituindo-se pelo delineamento político português, a partir de “células fundamentais”. Machado demarcou a formação histórica regional paranaense desde quando se esboçava enquanto um núcleo de expansão

paulista até a sua consolidação política regional, quando conferia ao subnúcleo paulista de Curitiba o centro de irradiação de conquista e posse territorial:

Primeiro, o atual território do Paraná estava compreendido nos rumos da expansão espontânea do núcleo paulista, por meio da qual se formaram os subnúcleos do litoral, pelo estímulo do ouro de lavagem, e Curitiba, no seu início, pelo mesmo estímulo.

E pelo estímulo da caça ao índio, são rechaçados os jesuítas espanhóis do oeste.

A expansão espontânea dos paulistas em território hoje paranaense pára aí.

Vem logo, no século XVIII, o segundo grande processo de expansão, que é o oficial, e que leva a conquista, pela posse, até o domínio da bacia do Paraná-Paraguai.

É nessa fase que o pequeno subnúcleo paulista de Curitiba adquire sua autonomia e se torna centro de irradiação da conquista de uma parte do território, que iria, afinal, constituir a Província e o Estado do Paraná (MACHADO, 2001: 58).

Partindo desses fundamentos de análise, Machado considera que a história regional do Paraná é mais um dos capítulos da história regional do Brasil, mas que, pelo viés regional, adquiriu “individualidade distinta”.

Considerações finais

É fundamental ressaltar também a produção conjunta de Brasil Pinheiro Machado com Altiava Pilatti Balhana e Maria Cecília Westphalen. Balhana, Machado e Westphalen constituem-se em referências norteadoras ao estudo regional paranaense. Dentre os estudos desenvolvidos pelos autores, destaque-se o estudo da imigração européia no Paraná, da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais (BALHANA; MACHADO, 1968) e sua formação histórica (BALHANA; MACHADO; WESTPHALEN, 1969).

Considere-se, ainda, que os estudos empreendidos por Balhana, Machado e Westphalen, tiveram como fundamento teórico o estudo das estruturas sociais e das permanências de longa duração, característica da 2.^a Geração dos *Annales*, que demarcou o contexto teórico das produções do Departamento de História da UFPR nas décadas de 1960, 1970 e 1980, no qual trabalharam por mais de trinta anos (MARCHI, 1997). Contribuíram, assim, significativamente para a produção bibliográfica regional, norteando caminhos teórico-metodológicos a serem compreendidos em suas condições de produção e de conformidade com as diretrizes epistemológicas condizentes com o contexto em questão.

Machado, ao tratar da ocupação do Paraná Moderno, delineou três ondas de povoamento ao Paraná, perpassando pelo Paraná tradicional, que demarcou sua expansão

desde o século XVII e despontou-se pela criação de gado, pela indústria da erva-mate e da madeira, para então perpassar pelo Paraná Moderno, no século XX, seja na ocupação e povoamento dos Nortes Velho, Novo e Novíssimo, que se despontaram pela “agricultura tropical” do café, com origem e interesses históricos ligados a São Paulo; seja pelo Sudoeste e Oeste, com sua típica “agricultura de subsistência” enquanto plantadores de cereais e criadores de suínos, com origem e interesses históricos ligados ao Rio Grande do Sul.

Na década de sessenta do século XX, o território paranaense já se encontrava plenamente ocupado. A problemática governamental certamente residia na busca por estratégias de integração dessas três comunidades distintas e com diferentes núcleos de centralização, constitutivas da formação social e histórica paranaense. Enfim, Machado ao situar o Paraná no contexto de formação nacional, insere a história regional de conformidade com “múltiplos estímulos em diferentes pontos”.

Assim, explicita que a formação da “sociedade campeira” no Paraná dito tradicional, corresponde a um “misto da herança paulista e convívio com gaúchos”. Exemplo sesmeiro da herança paulista verificava-se na constituição familiar e na formação de uma “classe senhorial” que se sustentava pelo “localismo do poder”. O “convívio” com os gaúchos poderia ser atestado pelo “Sistema de Caminhos” que se constituíam em “pontos de convergência e de sociabilidade” entre as cidades e as fazendas.

Já o processo da ocupação de terras no Paraná Moderno seguiria outros “estímulos”, como no Norte a agricultura tropical do café, de influência dos cafeicultores paulistas e no Sudoeste e Oeste a criação de suínos e cereais, de influência dos migrantes gaúchos em terras do Paraná.

A formação do Paraná estaria então delineada por “três grandes migrações movimentadas”, uma a partir do século XVII e duas no século XX, produzindo três tipos de colonização, “contíguas e conflitantes entre si”, mantidas enquanto unidade apenas por pertencerem a um mesmo poder administrativo.

Tais migrações demarcariam então o que se convencionou denominar de Paraná Tradicional e Paraná Moderno, cabendo à história regional do Paraná compor mais um dos capítulos da história regional do Brasil, ainda que, com “individualidade distinta”. No estudo das migrações populacionais, tendo a “comunidade” como núcleo central de investigação, Machado apontou que a formação do Paraná é resultado da migração paulista, tendo em conta a história das migrações em nível nacional.

Referências:

BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. *História do Paraná*. Curitiba: GRAFIPAR, 1969. v. 1.

BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro. *Campos Gerais: estruturas agrárias*. Curitiba: UFPR, 1968.

CARDOSO, Jayme Antonio; WESTPHALEN, Maria Cecília. *Atlas Histórico do Paraná*. 2 ed. rev. ampl. Curitiba: Ed. do Chain, 1986.

MACHADO, Brasil Pinheiro. *Poemas seguidos de dois ensaios*. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.

MACHADO, Brasil Pinheiro. Formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais. In: BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro. Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná. *Boletim da Universidade Federal do Paraná*. Departamento de História, Curitiba, n. 3, jun. 1963, p. 1-27.

MARCHI, Euclides. Perfis historiográficos: avaliação da produção científica do Departamento de História da UFPR – 1959/1989. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 5., 1997, Ponta Grossa: ANPUH-PR, 1997, p. 413-423.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

RIBEIRO, João. *História do Brasil*. 18. ed. revista e completada por Joaquim Ribeiro. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1964.

WESTPHALEN; Cecília Maria; BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná Moderno. *Boletim da Universidade Federal do Paraná*. Curitiba, n. 7, p. 1-52, jun. 1968.